

# economia

## Futuro do Cais Mauá ainda é de incertezas

Após inundações ocorridas em maio, não há definições sobre a assinatura do contrato de concessão e investimentos

### / DESESTATIZAÇÕES

Mauro Belo Schneider

mauro.belo@jornaldocomercio.com.br

Depois de um período de incógnita sobre o futuro do Cais Mauá, que foi duramente atingido pela enchente de maio em Porto Alegre, os envolvidos no projeto voltam a tratar do tema publicamente. Ainda não há, no entanto, certezas sobre os investimentos ou novas datas do processo de concessão.

Inicialmente, havia a expectativa de que a assinatura do contrato de concessão da área ocorresse cerca de 60 dias após a homologação do leilão da área do antigo porto da capital gaúcha, que aconteceu em 18 de março. Ou seja, o processo teria um desfecho em 18 de maio. Porém, vieram as chuvas desde o início do mês, seguidas de inundações na área central de Porto Alegre, e o governo do Estado de-

cidu suspender o calendário.

A Secretaria da Reconstrução Gaúcha, comandada por Pedro Capeluppi – que comandava a Secretaria de Parcerias e Concessões antes de ser absorvida pela Secretaria de Reconstrução Gaúcha –, informa que o projeto de concessão do Cais Mauá está sob avaliação técnica e jurídica por parte do Executivo estadual. “A análise ocorre em razão das enchentes que afetaram o local”, justifica a pasta, através de nota enviada pela assessoria de imprensa.

O Consórcio Pulsa RS diz se solidarizar com o povo gaúcho nesta tragédia sem precedentes e entende que os esforços ainda estão centrados na retomada e na reconstrução das cidades afetadas.

“Desta forma, aguarda posicionamento sobre a concessão pública do Cais Mauá. Entende que é preciso vencer este momento crítico para que o projeto



TÂNIA MEINERZ/JC

Revitalização do antigo porto da Capital segue em aberto; consórcio aguarda posicionamento do Estado

e as condições do espaço sejam reavaliados e, assim, os trâmites administrativos ainda em curso

possam evoluir, em linha com o processo previsto pelo governo do Estado do Rio Grande do Sul”,

afirma o texto, também enviado através de nota da assessoria de imprensa do consórcio Pulsa RS.

## Empresa de Passo Fundo que entraria com investimentos no projeto aguarda medidas

Uma das empresas que assinou o memorando para integrar o projeto do consórcio Pulsa RS é a Atitus Educação, de Passo Fundo. O empreendimento de ensino superior tem 6 mil alunos no Rio Grande do Sul, sendo 4,5 mil na unidade de Passo Fundo e 1,5 mil em Porto Alegre.

A intenção era ampliar a presença na Capital, mas a Atitus pisou no freio após a enchente e avalia a situação.

“Estávamos olhando o Cais, pois acreditamos que cabe um centro universitário ali. Tinha sentido, mas o que vai acontecer em Porto Alegre? Já que é

ano eleitoral, quem for eleito vai assumir o compromisso de segurança da cidade?”, questionou o presidente da Atitus, Eduardo Capellari, em conversa recente com a reportagem, durante o evento Mapa Econômico do RS, do Jornal do Comércio, realizado em Erechim na semana passada.

O presidente da Atitus, uma das fundadoras do Instituto Caldeira, também se preocupa com o futuro do 4º Distrito. “Se não for tratado adequadamente pelas autoridades públicas, as pessoas podem não querer mais morar naquela região”, alerta.

Capellari destaca que o fu-

turo da Atitus no Cais dependerá dos reflexos da enchente na cidade nos próximos anos e de outros fatores. “Porto Alegre perdeu 70 mil habitantes nas últimas décadas. Uma universidade precisa de jovens”, argumenta. “Estamos aguardando”, sublinha.

## Compras internacionais já podem ter nova taxaço a partir de sábado

### / TRIBUTOS

As compras internacionais feitas a partir do próximo sábado, dia 27, já poderão vir a ser taxadas com o novo imposto de importação, segundo as plataformas de comércio eletrônico AliExpress, Shein e Shopee. No final de maio, a Câmara dos Deputados determinou uma taxaço de 20% de imposto de importação sobre as compras internacionais de até US\$ 50 a partir do dia 1º de agosto.

Como há normalmente um intervalo entre a compra e o registro da Declaração de Importação à Aduana, compras efetuadas alguns dias antes já podem

entrar nas novas regras. Segundo a Shein, compras feitas até dois ou três dias antes do dia 1º de agosto poderão ser tributadas. A plataforma afirma que todas as informações referentes ao preço do produto, frete e tributos serão disponibilizados de forma clara e objetiva no momento do pagamento.

Em nota, o Aliexpress afirmou que todos os pedidos de compra efetuados na empresa a partir do dia 27 de julho já seguirão as novas regras tributárias, devido à necessidade de “ajuste das declarações de importação, de acordo com a nova regulamentação”.

“Os clientes e parceiros serão



GIOVANA PIGNAT/FREEPIK/REPRODUÇÃO/JC

Lojas internacionais preparam calendário para vigência da medida

comunicados nos canais oficiais do AliExpress sobre as próximas etapas”, completou a empresa.

O consumidor poderá conferir a taxaço da sua compra quando estiver pagando e finalizando a

transação, assim como já ocorre atualmente.

Já a Shopee informou que a nova taxa de importação também será aplicada no aplicativo a partir do dia 27 porque os pedidos terão a Declaração de Importação de Remessas emitidos a partir do dia 1º de agosto, data em que as novas regras entram em vigor. Os valores serão calculados e detalhados na finalização da compra, aponta a empresa.

A Shopee afirma que a taxaço só é aplicável nos vendedores internacionais, minoria na plataforma, e que “para os usuários que comprarem dos mais de três milhões de vendedores brasileiros, não haverá impacto”.